

Acordo confirma cobrança de pedágio

Nhambiquara reclama o direito de participação na parte destinada às aldeias Pareci, mas aceitou o acordo

SERGIO ROBERTO

Da Sucursal de Tangará da Serra

Ficou confirmada, na última sexta-feira, a cobrança de pedágio na Estrada Nova Fronteira, que ligaa MT-170 aos municípios de Sapezal, Campos de Júlio e Comodoro. A decisão foi durante uma grande reunião realizada em Sapezal, no CTG Chama da Tradição.

O encontro reuniu a comunidade indígena Pareci, a procuradoria da República, prefeitos de Sapezal, Campo Novo e Tangará da Serra, representantes da Funai, além do suplente de senador, Baliro Maggi, que conduziu os trabalhos. Na oportunidade, ficou definido que os valores do pedágio serão de R\$ 5 para todos os veículos. O acordo para o pedágio terá a duração de 6 meses, a vigorar a partir de janeiro do próximo ano, podendo ser renovado caso haja concordância entre as partes. Os índios, de maneira insólita queriam a cobrança de pedágio até mesmo das boiadas que passam pela Nova Fronteira, sendo R\$ 0,10 por animal. A ridícula idéia não teve respaldo e acabou sendo excluída do acordo.

O local da cobrança do pedágio será um posto precariamente construído nas proximidades do Salto da Mulher, no rio Sacre e será administrado por um representante da Associação Halitinã, um representante das prefeituras e um fiscal da Funai. A distribuição dos recursos arrecadados com a cobrança do pedágio serão destinadas em 60% para as aldeias indígenas e 40% para um fundo específico de manutenção da estrada administrado pelas prefeituras da região. Em todos os casos haverá a fiscalização da Funai e vistas do Ministério Público Federal, já que a reserva indígena não é uma propriedade dos índios, mas

sim uma área da União.

As prefeituras, segundo consta no substitutivo de proposta emitido ao final da reunião, darão uma contrapartida com o preparo de lavouras, concessão de sementes e máquinas, para as aldeias. Para a cobrança do pedágio serão confeccionados blocos numerados de bilhetes, controlados por série.

A confirmação do local do posto de cobrança, que a princípio será nas proximidades da aldeia Salto da Mulher, ainda será confirmada numa reunião a ser realizada durante a semana, bem como a data para o início da cobrança.

DISSONÂNCIA

Os índios nhambiquara, por sua vez, reclamaram o direito de ter participação na parte destinada às aldeias parecis. Para eles, a estrada passa numa reserva indígena da qual eles também fazem parte. Os parecis discordaram e sustentaram a tese de que a estrada passa pelas suas aldeias. Houve um princípio de bate-boca entre os parecis e os nhambiquaras, mas a situação acabou sendo contornada.

O procurador da República Roberto Cavalcante, criticou a inabilidade da Câmara de Vereadores de Sapezal, que tentou negociar com os índios na cobrança do pedágio. Segundo Cavalcante, não é permitida qualquer tipo de negociação com os índios. O procurador advertiu também que irá providenciar o imediato fechamento da estrada caso haja qualquer espécie de conflito entre índios e brancos.

Os motoristas, como já era esperado, protestaram duramente contra a cobrança do pedágio, mas acabaram aceitando a situação depois da ameaça, por parte do procurador Cavalcante, do fechamento da Nova Fronteira.



Índios nhambiquara queriam parte do dinheiro do pedágio a ser cobrado

1468 8977 4602 1413

LUX JORNAL

DIÁRIO DE CUIABÁ
CUIABÁ — MT

108 3

PUBLICADO EM:
* 9 NOV 1997